

Pasta de conselheiro do Império é doada ao Senado

A pasta de despachos que pertenceu a José Thomaz Nabuco de Araújo, senador do Império e conselheiro de Estado, foi doada ontem ao Museu do Senado. O presidente da Casa, José Sarney, recebeu a peça histórica de descendentes do conselheiro, em doação formalizada por ato cartorial. Em discurso durante a solenidade, Sarney destacou a importante atuação de Nabuco de Araújo no combate ao tráfico negreiro e pela implantação de eleições livres e diretas.

Página 3

Governo quer paz no campo, diz Rossetto à CPI da Terra

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, afirmou à CPI da Terra que o governo vem trabalhando para garantir a paz no campo. Na audiência, o presidente da comissão, Alvaro Dias, cobrou explicações sobre a desapropriação, para reforma agrária, apenas de áreas improdutivas, deixando de lado terras da União. Sibá Machado pediu medidas contra a grilagem. Ana Júlia Carepa alertou para os riscos de desertificação na região da Transamazônica.

Página 8

Plenário altera MP que estimula indústria naval

Medida provisória acolhida pelo Plenário também disciplina a renegociação das dívidas de armadores com o Fundo Nacional de Marinha Mercante



Roosevelt Pinheiro

O Senado aprovou ontem projeto de conversão da medida provisória (MP) que garante aos fabricantes reparadores de navios nacionais recursos arrecadados por meio do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. Por ter sofrido alterações, a MP retorna à Câmara dos Deputados. A Mesa do Congresso Nacional promulgou ontem a medida provisória que institui gratificação para policiais e bombeiros do Distrito Federal.

Página 3

VOTAÇÃO Com a mudança feita pelo Plenário, a medida provisória retorna à Câmara dos Deputados

Comissão de Educação aprova Bolsa-A atleta

A Bolsa-A atleta, destinada a praticantes de modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas, está pronta para ser votada pelo Plenário do Senado. A Comissão de Educação aprovou ontem parecer do senador Osmar Dias favorável à proposta.



J. Freitas

Página 5

EFEITO Incentivo à prática esportiva, segundo o presidente da comissão, reduzirá a violência no país



J. Freitas

UNANIMIDADE Aprovado pela CAE, estatuto deve ser examinado agora por outras comissões

Estatuto da Igualdade Racial vence mais uma etapa

Página 4



PREJUÍZO Duciomar lamenta que projetos importantes não possam ser votados

Duciomar pede acordo para votar MPs que trancam a pauta

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) apelou aos líderes partidários no Senado para que busquem um entendimento em torno das medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações da Casa. Ele lamentou que, enquanto isso não ocorrer, vários projetos importantes para o país não poderão ser apreciados.

– O que me preocupa é que estamos já entrando em junho e a partir do dia 10 começam as convenções para as eleições municipais. Todos os senadores têm seus compromissos nos estados, o que dificultará o quórum para a apreciação de matérias – afirmou.

Entre os projetos que precisam ser votados pelo Senado, Duciomar enumerou a parceria público-privada, a nova Lei de Falências, a Lei de Biossegurança, o reajuste do salário mínimo e a reforma do Judiciário. Presidindo a sessão, em nome da Mesa, Paulo Paim (PT-RS) apoiou Duciomar e incluiu a PEC paralela da Previdência entre as matérias urgentes – esta em tramitação na Câmara.

Agenda

Plenário deve examinar crédito extraordinário para a União

O Plenário continua hoje, em sessão marcada para as 14h30, a discussão dos projetos baseados em medidas provisórias que trancam a pauta de votações. Entre os itens a serem votados, estão medida (MP 180/04) que abre crédito extraordi-

nário, no valor de R\$ 1,4 bilhão, em favor de encargos financeiros da União, e projeto (PLV 37/04) que autoriza a Eletrobrás a efetuar capitalização junto à Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Subcomissão analisa contaminação de águas

O processo de contaminação das águas e a desertificação na região de Vazante (MG), em decorrência da exploração subterrânea de zinco, serão discutidos hoje pela Subcomissão de Extração Mineral, que se reúne às 9h30. O assunto já foi tema de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).



CCJ pode votar Lei de Falências

Na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, os senadores analisam o projeto (PLC 70/03) que altera dispositivos do Código Tributário Nacional. O colegiado examina ainda a nova Lei de Falências (PLC 71/03), que regula a recuperação judicial, extrajudicial e a falência de devedores pessoas físicas e jurídicas que exerçam atividade econômica regida pelas leis comerciais.

Encontro discute pagamento de direitos autorais a compositores

Senadores da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, entre eles Sérgio Cabral (PMDB-RJ), recebem hoje a

superintendente do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Glória Braga, acompanhada de compositores e representantes de associações

de músicos. No encontro, será discutido o pagamento de direitos autorais a compositores de músicas que formam as trilhas sonoras de filmes.

Reunião conjunta debate biossegurança

As Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) discutem hoje, às 10h, projeto (PLC 9/04) que estabelece a Política Nacional de Biossegurança, institui normas para o uso de organismos geneticamente modificados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança e reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). O encontro conta com a presença da diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP, Mayana Zatz, e do médico Dráuzio Varela (foto).



Demarcação de terras em MS

A comissão externa que analisa a demarcação de terras indígenas discute hoje, às 17h, o relatório parcial elaborado pelos parlamentares sobre os conflitos do estado de Mato Grosso do Sul. No mesmo horário, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado realiza reunião administrativa.

Missão brasileira no Haiti

Amanhã, às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) discute ofício do ministro da Defesa sobre o envio de tropas ao Haiti, em missão para a retirada de brasileiros e para dar segurança às instalações diplomáticas do Brasil em Porto Príncipe. O colegiado também analisa requerimentos dos parlamentares.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ATRASSO Falta de parâmetros compromete pesquisas no país, alerta Aelton Freitas

Aelton cobra definição sobre projeto de biossegurança

O senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a definição urgente dos parâmetros do projeto (PLC 9/04) que institui a nova Lei de Biossegurança, que tramita na Comissão de Educação (CE). Para ele, a nova lei é indispensável para que os pesquisadores tenham condições de trabalhar pela evolução do agronegócio, sem agressões ao meio ambiente.

Para Aelton, a ausência dos parâmetros leva o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a levar, em média, três anos para aprovar pesquisas. Ele observa que a burocracia não pode limitar o trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O senador manifestou sua confiança de que o Congresso votará um projeto equilibrado, capaz de dinamizar estudos sobre transgênicos, sem riscos ao meio ambiente.

Mozarildo fala a estagiários da Escola Superior de Guerra

Estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) visitaram o Congresso Nacional. No Senado, eles ouviram palestra de Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que falou sobre o processo legislativo e a integração dos Poderes da República.

Para uma platéia composta por militares, desembargadores, juízes, médicos e engenheiros, o senador voltou a afirmar que a Lei de Biossegurança é estratégica para o país. Ele sugeriu que a lei trate de forma separada as questões dos organismos geneticamente modificados e das células-tronco.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SOLEINIDADE José Sarney e d. Marly (D) recebem de Vivi Nabuco e Afrânio de Mello Franco Nabuco, bisnetos do senador do Império, doação de peça histórica que passa a integrar o Museu do Senado

Sarney recebe pasta que pertenceu a José Thomaz Nabuco de Araújo

A pasta de despachos que pertenceu ao senador do Império e conselheiro de Estado José Thomaz Nabuco de Araújo foi recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, passando a integrar o museu da Casa. Afrânio de Mello Franco Nabuco, bisneto do conselheiro, entregou a pasta a Sarney, em solenidade realizada no Salão Nobre do Senado.

– Por esta pasta lavrada de ouro passaram decerto alguns dos momentos mais preciosos da vida pública e do pensamento brasileiro – afirmou Sarney, ao receber a peça, cuja doação foi formalizada por ato cartorial, diante de vários descendentes da família Nabuco.

Em seu discurso, o presi-

dente do Senado disse que a influência paterna é uma das que mais podem engrandecer um homem. Lembrando que Joaquim Nabuco dedicou ao pai, Nabuco de Araújo, a maior biografia de nossa literatura, Sarney afirmou que o amor dos pais dá aos filhos uma dimensão ética que esse político do Império pôs em todos os seus atos.

Sarney destacou ainda que se deve a Nabuco de Araújo o fim do tráfico negreiro e a primeira discussão sobre a liberdade para filhos de escravos. Em sua opinião, nenhum outro brasileiro deixou marcas tão profundas no Judiciário e no Legislativo, defendendo desde a implantação de eleições diretas e livres até a visão de que às maiorias cabe

fazer o governo.

Leituras

Falando de sua própria formação, Sarney contou que, muito jovem, recebeu do pai, Sarney de Araújo Costa, a orientação de ler a obra do Padre Antônio Vieira e *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco, conservando até hoje o hábito de ler os dois. O parlamentar afirmou orgulhar-se de ter tido a amizade de duas gerações de Nabucos, a de Afraninho e a dos filhos de Joaquim Nabuco.

– Várias vezes estive na casa da Rua Icatu, outras tantas ouvi missas rezadas por Monsenhor Nabuco na Igreja de Santa Teresa. É uma família generosa e esta doação é uma das mais importantes que pode receber o Senado.

Senador foi abolicionista e defendeu federalismo

Professor de História da Universidade de Brasília (UnB), o consultor legislativo Antonio Barbosa definiu como uma peça valiosa a pasta de despacho que pertenceu a José Thomaz Nabuco de Araújo, doada ao acervo do Museu do Senado.

– A pasta é uma peça histórica e como tal já é importante. Acho que incluí-la no acervo do Senado é uma forma de contribuir ou pelo menos estimular a que nos preocupemos mais com a perpetuação da nossa memória histórica. Por isso, acho excelente aquisição. É algo que vai aprimorar o acervo do Museu do Senado.

Antonio Barbosa disse que o maior destaque de Nabuco de Araújo foi como conselheiro de Estado. Ele observou que esse político defendeu duas posições que o tornaram famoso à sua época – o federalismo, quando o Brasil era um império unitário; e o abolicionismo, valor que seria tomado com ênfase ainda maior pelo seu filho, Joaquim Nabuco.

Participação

O professor de História ressaltou ainda que Nabuco de Araújo teve participação excepcional na história brasileira, como ministro da Justiça, cargo que ocupou em várias ocasiões, mas sobretudo

do num momento politicamente mais expressivo do Segundo Reinado, que foi o Gabinete da Conciliação. Num contexto em que os partidos Liberal e Conservador dividiam essa pasta, Nabuco de Araújo foi ministro durante todo o período, o que mostra sua força política.

– Ele foi presidente da província de São Paulo, deputado pela Bahia, senador por Pernambuco e conselheiro de Estado. Na verdade, não apenas o conselheiro foi importante, como a família dele se inscreve entre as mais poderosas, politicamente falando, do cenário brasileiro – assinalou Antonio Barbosa.

Senado aprova recursos para indústria naval

Roberto Saturnino afirma que proposta permite a renovação da frota de navios nacionais

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que garante aos fabricantes reparadores de navios nacionais recursos arrecadados por meio do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante. Substitutivo da Medida Provisória 177/04, o Projeto de Lei de Conversão 34/04 autoriza a renegociação das dívidas dos armadores com o Fundo Nacional de Marinha Mercante (FNMM) tendo por base a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), a partir de janeiro de 1999, quando houve valorização do dólar em cerca de 40%.

A correção com base na TJLP, e não pelo dólar, decorreu de mudança na MP feita pela Câmara dos Deputados. No Senado, o relator do projeto, Roberto Saturnino (PT-RJ), ofereceu emenda propondo o uso da TJLP, mas a partir da data da repactuação. A emenda foi rejeitada, inclusive com o voto do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL), e do líder do PTB, Fernando Bezerra (RN).

Saturnino chegou a argumentar que outros setores industriais prejudicados pela desvalorização de 1999 poderiam pedir o mesmo tratamento, mas teve seu ponto de vista

derrotado.

O relator foi bem-sucedido em convencer os senadores de que o projeto não criou novas alíquotas para o FNMM; apenas garante que os recursos sejam disponibilizados para os fabricantes de navios. Atualmente esse dinheiro está à disposição do Tesouro Nacional, que o utiliza para compor o superávit fiscal. A única novidade é o estabelecimento de uma taxa de R\$ 50 por embarque para financiar a modernização dos serviços de informática dos portos.

De acordo com o relator, a injeção de recursos vai permitir a renovação e o aumento da frota de navios nacionais, elevando o número de empregos. Espera-se ainda que o maior número de navios de bandeira brasileira ajude a reduzir o custo com o pagamento de despesas com frete a companhias estrangeiras, que hoje chega a R\$ 5 bilhões por ano. Com o incremento das exportações, calcula-se que essas despesas cheguem a R\$ 10 bilhões.

– Esse projeto significará a revivificação da marinha mercante brasileira, que já supriu mais de 30% das nossas necessidades de transporte e agora não atende nem a 3% – afirmou Saturnino.

Por haver sido modificado, inclusive com regras beneficiando a indústria naval da Região Norte, o projeto retornará ao exame da Câmara dos Deputados.

Congresso promulga MP que beneficia policiais do DF

O vice-presidente do Congresso Nacional, deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), presidiu ontem a solenidade de promulgação do texto da medida provisória que institui gratificação para policiais e bombeiros do Distrito Federal, realizada no gabinete da Presidência do Senado. A cerimônia teve a presença do relator da matéria, senador Paulo Octávio (PFL-DF), e de Eduardo Siquei-



CERIMÔNIA Paulo Octávio e Eduardo, com o secretário de Segurança do DF, Athos Faria

ra Campos (PSDB-TO), representando a Mesa do Senado.

Paulo Octávio ressaltou a importância da promulgação da medida (MP 172/04), que atinge cerca de 30 mil integrantes dos efetivos da Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros.

Votação da parceria fica para amanhã

A votação do projeto de lei que institui as regras gerais para licitação e funcionamento das parcerias público-privadas (PLC 10/04) será realizada amanhã em reunião específica da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que houve acordo para adiar por 48 horas o exame da matéria.

Foram apresentadas 50 emendas ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados e o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) emitiu um novo parecer sobre 44 delas, porque seis emendas foram encaminhadas ontem pelo senador Marcos Guerra (PSDB-ES). O relator informou que houve novas rodadas de negociação entre governo e entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib) e a Fundação dos Economistas Federais (Funcfe), depois da reunião da CAE de 18 de maio.

Em função das preocupações e das reivindicações encaminhadas pelo setor privado e das emendas apresentadas, Raupp resolveu alterar seu substitutivo. Uma das principais mudanças objetivou, segundo o senador, dar mais segurança aos investidores privados. Os recursos do fundo fiduciário, que irão garantir as parcerias, não poderão ser contingenciados ou submetidos aos limites que incidem sobre as operações ativas e passivas das instituições financeiras.

O relator estipulou em seu novo relatório que a titularidade das cotas do fundo fiduciário poderá ser transferida ao parceiro privado, que poderá resgatá-las em caso de inadimplemento da obrigação do setor público. Ele incumbiu a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de regulamentar a constituição e o funcionamento do fundo.



VOTAÇÕES Ramez Tebet (D) preside a reunião em que diversas matérias foram examinadas

Estatuto da Igualdade Racial é aprovado na CAE

Acolhido por unanimidade, projeto de Paulo Paim será examinado por outras comissões

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou por unanimidade o parecer favorável do senador César Borges (PFL-BA) ao Estatuto da Igualdade Racial, com as cinco emendas que apresentou. O autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que a proposta deve ser amplamente discutida nas Comissões de Educação (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na Câmara dos Deputados, onde o Executivo deve sugerir algumas modificações, retornando assim ao Senado.

Por essa razão, Paim informou que fez um apelo ao senador Almeida Lima (PDT-SE), que pediu vista da matéria na semana passada, para que a votação na CAE não fosse adiada. Ele afirmou que o sistema de cotas estabelecido no estatuto será discutido na CE e elogiou o relator, que conseguiu resolver com o Ministério da Fazenda o impasse sobre o Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, destinado

a implementar políticas públicas que tenham como objetivo promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros.

Almeida Lima avisou que irá apresentar suas emendas na CE e na CAS e que, embora reconheça o mérito da proposta, há aspectos que são contraditórios, na sua avaliação. E considerou, por exemplo, que o projeto que pretende combater a discriminação racial tem um caráter discriminatório ao se restringir apenas aos afro-descendentes, deixando de lado as outras etnias, como se as comunidades indígenas não tivessem problemas semelhantes.

O senador salientou que é contrário ao sistema de cotas e que o Estado não tem condições de garantir a igualdade de oportunidades, mas pode promover os meios para que se alcance essa igualdade. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) divergiu em relação a esse entendimento, sustentando que o termo "garantia", como está colocado no projeto, significa oportunidades idênticas, mas apoiou mudanças de redação propostas por Almeida Lima.

Entre outros temas, o projeto de Paim (PLS 213/03) estabelece cotas para promoção social dos afro-descendentes,

como 20% dos cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) do governo federal, percentual que deve crescer gradualmente; 20% das vagas em concursos públicos; assim como no caso de aparições de profissionais de comunicação e artistas nos meios de comunicação de massa. No caso de candidatos a eleições, Paim pede que 30% das vagas dos partidos políticos sejam destinadas aos afro-descendentes.

O projeto destina atenção, ainda, ao tratamento a ser dado a doenças que afetam principalmente pessoas negras, assim como a questão das terras para as comunidades remanescentes de quilombos. A proposta também inclui a possibilidade de concessão de incentivos a empresas privadas que façam políticas de inclusão racial. Na esfera governamental, o projeto determina a criação de ouvidorias permanentes para denúncias de crimes raciais e de varas especiais no Poder Judiciário para questões raciais, acompanhada de programas de acesso à Justiça para afro-descendentes.

Em seu relatório, César Borges transformou a criação do fundo para igualdade racial, com recursos orçamentários, de obrigatória para autorizativa.

Indicação para o Cade vai ao Plenário

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem mensagem presidencial indicando o nome do economista Luis Fernando Rigato Vasconcelos para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão que pertence ao Ministério da Justiça e que tem por missão principal zelar pela livre concorrência em todo o país. A indicação segue agora para votação do Plenário do Senado e, se acolhida, vai à sanção presidencial.

A relatora Ana Júlia Carepa (PT-PA) ressaltou que a aprovação do nome do economista para o Cade iria fortalecer a autarquia.

Designado por um período de dois anos, Luis Rigato pregou o aperfeiçoamento do Cade, a começar pela contratação de mais profissionais. Indagado por Marcos Guerra (PSDB-ES) sobre como encrava a fusão das empresas Garoto/Nestlé, Luis Rigato informou que não obteve acesso aos autos do processo, mas disse que, em casos semelhantes, o Cade deveria realizar verificação prévia para futuras fusões ou incorporações.

Recursos para baía serão fiscalizados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acolheu ontem requerimento de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) solicitando o envio pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) do relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investigou denúncias de desvio dos recursos destinados ao programa de despoluição da Baía de Guanabara, no valor de US\$ 350 milhões.

Saturnino informou que o relatório da CPI foi publicado no dia 24 de maio último e estranhou que parte do empréstimo, aprovado pelo Senado e destinado apenas a despoluir a baía, tenha sido usado, conforme apurou a Alerj, para outros fins. E disse ser de responsabilidade da Comissão de Assuntos Econômicos fiscalizar a execução do projeto de despoluição da baía.

Controle social sobre as contas públicas

O projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) – foto – que garante aos cidadãos o acesso detalhado às informações sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal deve ser votado na próxima semana. O relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), ressaltou a importância da proposta ao ler o seu parecer na reunião

de ontem da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor do projeto (PLS 130/03) deverá fazer uma rápida exposição sobre a experiência bem-sucedida no Amapá. Capiberibe introduziu o controle social sobre o orçamento na época em que era governador.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que tomou a iniciativa do pedido de vista coletivo, justificou que a pro-

cupação do governo é com os reflexos da matéria.

A CAE decidiu acompanhar Mesquita Júnior (PSB-AC) no seu parecer contrário a proposta de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que dispõe sobre as cooperativas de crédito: o Projeto de Lei Complementar 293/99, que se encontra pronto para ser votado pelo Plenário, atende a vários dispositivos do projeto de Arthur Virgílio.





CRÍTICA Para Patrícia Saboya, turismo sexual é predatório e prejudica a economia

CPI ouve vítimas e testemunhas de exploração sexual no Ceará

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual ouviu ontem em Fortaleza testemunhas, acusados e vítimas de turismo sexual e tráfico de seres humanos. O primeiro depoimento foi de uma vítima da Conexão Santander, que enviava mulheres para se prostituírem na Espanha. Ela começou o depoimento às 15h, na Assembleia Legislativa do Ceará, encapuzada e protegida pela Polícia Federal.

Quatorze convidados participaram do debate, entre eles o secretário estadual de Turismo, Allan Pires Aguiar, e Leila Paiva, do Programa Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Justiça.

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), presidente da CPI, fez relato sobre os trabalhos da comissão, que “recebeu mais de 800 denúncias e ouviu cerca de 400 pessoas em audiências públicas e diligências reservadas em quase todos os estados da Federação”. A parlamentar defendeu o turismo como atividade econômica importante para o Nordeste. Mas turismo sexual, asseverou, é “predatório e mancha a imagem da região”. A atividade, insistiu, é imediatista e prejudicial à economia.

A relatora da CPI, deputada Maria do Rosário (PT-RS), disse estar esperançosa quanto às ações que estão sendo tomadas no Ceará para combater o abuso sexual. Ela espera que, após a apresentação do relatório final da CPI, governo e sociedade possam “caminhar juntos implementando ações em todos os estados, como o Código de Conduta Ética do Turismo produzido no Ceará”.

Bolsa-Alela tem parecer favorável

■ Projeto que beneficia atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas passa na CE e vai ao Plenário

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 22/04) que institui a Bolsa-Alela, destinada a praticantes de modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas. Conforme a proposta, de autoria do deputado e atual ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, os beneficiados poderão receber auxílio mensal de R\$ 300 a R\$ 2.500. O projeto segue agora para o Plenário.

Na opinião do relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR) – que preside a CE –, a iniciativa ajudará a alargar a base da “pirâmide esportiva” brasileira. Ampliando-se a prática esportiva, observou, o país estará oferecendo entretenimento para os jovens e reduzindo gastos em saúde e programas de combate às drogas e à violência.



A FAVOR Presidente da Comissão de Educação, Osmar Dias (E) relatou o projeto. Hélio Costa apoiou a aprovação da proposta

– Este último ponto é fundamental no momento em que observamos o crescimento da violência em nosso país. O esporte forma não só ídolos, mas principalmente serve para afastar os jovens da criminalidade – afirmou Osmar Dias.

A proposta estabelece que a concessão da bolsa não gera nenhum vínculo entre os atletas beneficiados e a administração pública federal. E enumera várias condições para o recebimento do benefício, entre as quais a vinculação a alguma entidade de prática es-

portiva e o não recebimento de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, além da participação, no ano anterior, em competição esportiva no Brasil ou no exterior.

Olimpíadas

O relator manteve o texto original da Câmara, apenas com emendas de redação, apesar de ver com reservas algumas das limitações. Para Osmar Dias, se a matéria fosse alterada pelo Senado, dificilmente seria votada com rapidez mais uma vez pela Câmara, inviabilizando a sua sanção pelo presidente Lu-

iz Inácio Lula da Silva antes da partida dos atletas brasileiros rumo às Olimpíadas de Atenas.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) também apoiou a aprovação do projeto, embora discordasse da proibição de recebimento da bolsa por atletas que tenham patrocínio.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) elogiou a inclusão, na proposta, de modalidades paraolímpicas. Ele lembrou que em Niterói (RJ) já funciona o maior centro paraolímpico da América Latina. Flávio Arns (PT-PR) assinalou que a aprovação é “essencial para os atletas paraolímpicos”.

Demostenes Torres (PFL-GO) observou que o projeto “tem tudo para ser implementado”, já que seu autor é atualmente ministro do Esporte. O senador José Jorge (PFL-PE) criticou o item que limita a bolsa de categoria internacional aos atletas que tenham obtido até o terceiro lugar em competições com atletas de outros países. A seu ver, os primeiros colocados nessas competições geralmente já dispõem de patrocínio.

Comissão aprova benefício a pequena e média empresa que investir em cultura

As pequenas e médias empresas – aquelas que tenham faturado até R\$ 36 milhões no ano anterior – poderão abater 100% das doações e patrocínios em favor de atividades culturais. A medida está prevista em projeto de lei (PLS 263/02) do então senador Luiz Pastore que ontem recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE) e será agora examinado pelo Plenário.

De acordo com o projeto, que modifica a Lei Rouanet, quanto maior a receita bruta da empresa, menor será o percentual a ser deduzido do imposto a pagar. Pelas regras atuais, observa o relator da proposta, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), somente grandes empresas têm interesse em financiar projetos culturais. Com as novas medidas, prevê, pequenas empresas receberão estímulos para seguir o mesmo caminho.

O relator discordou apenas do dispositivo que diminuía de 4% para 2% do imposto devido o limite para investimento em cultura da pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$ 500



MUDANÇA Sérgio Cabral diz que seu parecer amplia o que já garante a Lei Rouanet

milhões. Por meio de emenda, ele retirou a limitação, que, disse, motivaria “perdas enormes” de recursos para o setor.

– O nosso parecer assegura o que já existe e amplia a Lei Rouanet, para atrair as pequenas e médias empresas – assinalou Sérgio Cabral.

A mudança foi elogiada pelos senadores Osmar Dias (PDT-PR), Hélio Costa (PMDB-MG) e Demostenes Torres (PFL-GO). Conforme Demostenes, “um projeto com boas intenções pode se transformar em um monstro” se não tiver um rela-

tor atento.

A comissão aprovou ainda pareceres favoráveis aos projetos de lei da Câmara (PLC 18/04 e PLC 64/03) que denominam Presidente Tancredo Neves a ponte que liga os estados de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul e de Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek o trecho da BR-040 entre Brasília (DF) e Petrópolis (RJ). A pedido do relator, foi aprovado requerimento de audiência pública para discussão do projeto de lei (PLC 95/03) que extingue as listas tríplices do processo de escolha de dirigentes universitários.

Biossegurança

O presidente da CE, senador Osmar Dias, recebeu apoio unânime do colegiado ao repudiar nota do jornalista Cláudio Humberto segundo a qual ele faria parte de *lobby* para alterar o projeto da Lei de Biossegurança, em discussão na comissão. “Nunca me submeti a *lobby* nenhum e vamos continuar debatendo a proposta, mesmo que isso possa contrariar alguns ambientalistas”, afirmou Osmar Dias.

BNDES envia proposta de ajuda à mídia

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá destinar até R\$ 2 bilhões para a reestruturação financeira das dívidas de curto prazo das empresas de comunicação. A medida está detalhada em ofício encaminhado à Comissão de Educação (CE) pelo presidente do banco, Carlos Lessa, divulgado ontem pelo presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PDT-PR).

De acordo com o documento, o valor máximo a ser destinado a cada empresa seria o correspondente a 25% da sua receita operacional líquida, limitado a R\$ 500 milhões ou ao valor total da dívida. O apoio seria ainda centrado nas dívidas de curto prazo, mediante apresentação de “programa de renegociação bastante amplo e detalhado”. O financiamento, informou Osmar Dias, poderá chegar a R\$ 4 bilhões.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) considerou a iniciativa “muito modesta” e sugeriu debate com Lessa para apresentação de sugestões que possam melhorar a proposta.



INSUFICIÊNCIA Lúcia Vânia sugere medidas para incentivar o microcrédito

Lúcia Vânia: Banco Popular não elimina exclusão

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou da tribuna que a exclusão financeira dos brasileiros não será eliminada só porque o governo criou o Banco Popular.

O banco concede microcréditos a pessoas físicas e pequenos empreendedores. Para a senadora, a exclusão financeira no país se deve a vários fatores, e, se eles não forem atacados com a máxima urgência, a iniciativa isolada do Banco Popular corre o risco de se tornar mais um custo a ser pago por toda a sociedade.

Lúcia Vânia sugeriu que o governo melhore a legislação para incentivar o desenvolvimento das entidades de microfinanças. Ela também lamentou a ineficiência do sistema legal de reconhecimento e execução de créditos.

Por tudo isso, na opinião da senadora por Goiás, a atividade isolada do Banco Popular não será suficiente para combater a exclusão financeira dos pequenos empreendedores.

A senadora cumprimentou o ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, que decidiu acabar com a exigência da Certidão Negativa de Débitos das prefeituras para repasse de recursos sociais da área federal. Para Lúcia Vânia, trata-se de uma decisão de grande repercussão na assistência social.

Superávit recorde sacrifica população, afirma Heloísa

■ Agrado ao mercado financeiro, segundo a senadora, tirou saúde, saneamento e educação dos pobres

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) protestou contra as comemorações – por integrantes do governo federal, lideranças governistas no Congresso e setores da imprensa – da quebra do recorde do superávit primário. Ela lembrou que, para ser alcançado o superávit, muitos brasileiros, sobretudo os mais pobres, ficaram sem saneamento básico, moradia popular, segurança pública, saúde, educação e assistência social.

– O superávit não é só um instrumento feito por meio de cortes na execução orçamentária.



DESCONFIANÇA Heloísa informa que já assinou requerimento que propõe a CPI da Corrupção

Para ser construído, para agradecer as hienas do mercado financeiro, significa a dor, a angústia e o desemprego de milhões de brasileiros, sobretudo dos filhos da pobreza, que acabam ficando sem o serviço público a ser disponibilizado pelo governo – afirmou.

A senadora informou que já

assinou o requerimento proposto pelos senadores José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar diversas denúncias de corrupção no governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Lamentando a ausência de Arthur Virgílio em Plenário, Heloísa Helena comentou que, há alguns meses, discutiu com o senador a respeito do ministro da Saúde. Ela achava que o senador amazonense estava agindo de forma irresponsável ao atacar Humberto Costa, pessoa que considera competente tecnicamente. Depois das denúncias envolvendo corrupção naquele ministério, Heloísa afirmou que só após a investigação de uma CPI poderia ter uma opinião sobre a honestidade do ministro.

Jefferson cita reportagem de jornal e sugere demissão do ministro da Saúde

Diante de novas denúncias publicadas ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre doações de campanha eleitoral recebidas pelo ministro da Saúde, Humberto Costa, quando este era secretário de Saúde da prefeitura do Recife, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu ao governo que demita o ministro.

De acordo com o jornal, em 2002 o ministro era candidato ao governo de Pernambuco e havia dispensado de licitação na Secretaria Municipal de Saúde, sob o argumento da urgência, a empresa que foi a maior financiadora de sua campanha, a Líber Conservação e Serviços Gerais Ltda., que doou R\$ 191,7 mil. Outra empresa, a Essencial Serviços de



PREVENÇÃO Jefferson diz que manter Humberto Costa pode comprometer o governo

Vigilância, doou R\$ 11 mil. Essas empresas receberam da secretaria, em 2001, pelo menos R\$ 3,187 milhões em contratos sem licitação.

– Agora estamos diante de um fato de alta gravidade. Não estou pedindo a cabeça do ministro, mas será extremamente

comprometedor para o governo manter Humberto Costa. O que aconteceu no Ministério da Saúde não permite mais a permanência do ministro. Agora a sociedade pergunta se o Ministério da Saúde seria exceção e se existem esquemas semelhantes nos outros ministérios – afirmou.

Jefferson lembrou o episódio envolvendo a ex-ministra de Assistência e Promoção Social Benedita da Silva, que viajou à Argentina às custas do erário para tratar de interesses pessoais. Na época, continuou o senador amazonense, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou constrangido por ser amigo de Benedita e não a demitiu, preferindo substituí-la numa reforma ministerial.



VOTAÇÃO Segundo José Jorge, José Dirceu recebeu 45,7% de mais de 36 mil votos

José Dirceu ganha Troféu Berzoini de Crueldade

O Troféu Berzoini de Crueldade, criado pelo PFL há nove meses, premiou, em sua 3ª edição, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, por ter promovido a operação-abafa em relação às denúncias de corrupção contra seu assessor Waldomiro Diniz, anunciou ontem o senador José Jorge (PFL-PE).

O troféu foi idealizado pelo partido como forma de permitir que a população avalie o que o governo faz de errado, explicou. O senador informou ainda que o PFL coloca na Internet, durante 90 dias, a indicação de 105 candidatos, escolhidos por sugestão dos internautas ou referência na mídia.

Conforme José Jorge, José Dirceu recebeu 45,7% dos 36.132 votos, que consideraram que o ministro abafou o caso Waldomiro Diniz para preservar seu cargo. O segundo lugar ficou com o ministro da Previdência Social, Amir Lando, pela ideia considerada “sinistra” de aumentar em 3% a alíquota de contribuição do INSS de patrões e empregados para pagar os benefícios atrasados dos aposentados.

O terceiro lugar, continuou José Jorge, coube ao chefe da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, por ter afirmado que, no país do “rouba mas faz, Waldomiro não merece CPI”.

Augusto defende nova estratégia para reduzir mortalidade infantil

Apesar da progressiva redução da taxa de mortalidade infantil no Brasil, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) disse ser necessário avançar mais na implementação de políticas públicas de saúde para se chegar a “índices aceitáveis”. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa brasileira situava-se em 28 mortes por mil nascidos vivos em 2000, número que

coloca o país em posição pior, por exemplo, que Argentina, Chile e Uruguai.

Se o Brasil exhibe estatísticas menos favoráveis que algumas nações latino-americanas, ostenta ainda, conforme assinalou, enormes disparidades no plano interno.

– As regiões Norte e Nordeste, assim como em outros indicadores sociais, possuem os números mais

preocupantes em relação à mortalidade infantil: cerca de 29 e 45 mortes por mil nascimentos, respectivamente – comentou.

Augusto Botelho considerou que as políticas públicas devem contemplar, preferencialmente, essas regiões. Segundo observou, as saídas para reduzir a mortalidade infantil são bastante conhecidas: programas intensivos de vacinação, inves-

timentos em saneamento básico, educação, acompanhamento médico e familiar, incentivo à amamentação e melhoria da infra-estrutura hospitalar e ambulatorial para os recém-nascidos.

A preocupação de Augusto Botelho com o assunto recebeu o apoio dos senadores Paulo Elifas (PMDB-RO), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Leonel Pavan (PSDB-SC).



SUGESTÕES Augusto: ações deverão contemplar regiões Norte e Nordeste



Cetoldo Magela

José Sarney: Nelson Jobim será ponto de equilíbrio à frente do STF

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o futuro presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim (na foto, à esquerda). Sarney manifestou sua expectativa com a atuação de Jobim à frente do STF.

– O Supremo Tribunal Fede-

ral é sem dúvida a corte que tem a maior das atribuições, que é a guarda da Constituição. E a presidência de Nelson Jobim é para todos nós motivo de grande orgulho. Sabemos que ele tem uma trajetória extraordinária, e está passando para o Supremo uma notável presen-

ça, uma bagagem cultural de jurista e homem público. Ele será na presidência do Supremo um ponto de equilíbrio para o país.

A reforma do Judiciário, que ainda será votada pelo Plenário, não foi assunto do encontro, informou Sarney.

Desemprego leva jovem à criminalidade, diz Crivella

Senador propõe aumentar o orçamento das Forças Armadas para reduzir índices de violência no país

O Brasil vive a maior crise social da sua história republicana e a razão para isso é a política econômica adotada desde a década passada, que elevou as taxas de desemprego do país, trazendo, como consequência, a criminalidade urbana. O alerta foi feito ontem pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), em discurso no Plenário. “Todos os sintomas de nossa grave patologia social, inclusive o da insegurança, que afeta todos os segmentos sociais, estão diretamente relacionados com processos econômicos”, disse o senador.

Para ele, a recente rebelião de presidiários na Casa de Custódia do Rio de Janeiro e a crise de insegurança vivida nas cida-



Roosevelt Pinheiro

PREVISÃO Crivella afirma que se espera para breve uma rebelião em um dos presídios de Bangu

des, onde facções criminosas ligadas às drogas controlam a vida da população pobre, mostram que o país é refém do narcotráfico. O parlamentar revelou que em um dos presídios de segurança máxima de Bangu (RJ) espera-se para breve um confronto de proporções ainda maiores do que na Casa de Custódia. “Nunca se viu nada igual no Brasil”, afirmou Marcelo Crivella.

Garibaldi destaca prorrogação das dívidas de produtores

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) registrou a edição de resolução, pelo Banco Central, prorrogando por 30 dias o prazo de renegociação das dívidas rurais.

– Não foi exatamente o que pedimos, mas deixa os agricultores mais tranquilos – comentou. Além de um prazo maior, os produtores rurais pleitea-

vam, segundo Garibaldi, a possibilidade de renegociar os débitos superiores a R\$ 30 mil.

Mesmo sem atender ao pedido de renegociação das dívidas, o senador solicitou aos agricultores que se contentassem com a resolução do Banco Central, já que ela atenderia, pelo menos parcialmente, aos anseios do segmento.



Célio Azeredo

RESOLUÇÃO Garibaldi pede a agricultores que aceitem decisão do Banco Central

Subcomissão do Meio Ambiente fará visita a Marina Silva

A Subcomissão Permanente do Meio Ambiente elegeu ontem o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) e o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para presidente e vice, respectivamente.

– A criação desta subcomissão no Senado Federal representa um avanço para os ambientalistas –

destacou Juvêncio.

Os integrantes da subcomissão deverão ser recebidos hoje pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Juvêncio da Fonseca esclareceu que a subcomissão foi instituída devido à crescente demanda de pareceres em projetos relativos ao meio ambiente no

âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para integrar a subcomissão, foram indicados os senadores Flávio Arns (PT-PR); Aelton Freitas (PL-MG); Sibá Machado (PT-AC); Leomar Quintanilha (PMDB-TO); Papaléo Paes (PMDB-AP) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).



Roosevelt Pinheiro

ADESÃO Paulo Paim destaca pesquisa em que 61,1% da população apóia cotas

Brasil não aceita conviver com desigualdade racial, diz Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou, ontem, César Borges (PFL-BA) pelo arranjo que propiciou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (PLS 213/03), pela manhã, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria de Paim, o estatuto foi acolhido com mudança de redação que autoriza o governo – e não obriga – a criar o fundo para igual-

dade racial.

Em discurso que fez à tarde no Plenário, Paim disse esperar que a matéria seja também aprovada nas Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele leu resultado de pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT) mostrando que 61,1% da população é a favor das cotas.

– Os brasileiros não aceitam mais conviver com as desigualdades raciais. Desde a Lei Áurea, há 116 anos, estamos pela primeira vez pensando seriamente em políticas que beneficiam os afro-brasileiros.

Paim se referiu ainda à polêmica em torno do novo salário mínimo. Respondendo a um líder governista na Câmara, afirmou que não está desesperado com a aprovação do novo valor do mínimo de R\$ 260. Reconheceu que está “chateado”, mas observou que o desespero será da parte dos trabalhadores e dos que recebem benefícios da Previdência Social.

■ Leia mais sobre o assunto na página 4

Pavan: PSDB vai lutar por um valor maior do salário mínimo

Leonel Pavan (PSDB-SC) manifestou, em Plenário, sua inconformidade com o reajuste do salário mínimo concedido pelo Executivo, a seu ver insuficiente e que o governo quer impor ao Congresso. Para ele, um mínimo de apenas R\$ 260 mensais contraria os compromissos assumidos pelo PT em sua campanha eleitoral e em sua biografia de 24 anos.

– São apenas R\$ 20 de aumento, uma notinha que tem, em sua efígie, o mico-leão. O governo quer que o trabalhador “pague esse mico”, mas nós vamos lutar para melhorar esse índice – disse, lembrando ser autor de emenda propondo um mínimo de R\$ 275.

Pavan declarou que seu par-



Roosevelt Pinheiro

PROPOSTA Emenda sugerida por Leonel Pavan altera reajuste do mínimo para R\$ 275

tido, o PSDB, não poupará esforços para conseguir dar um salário digno ao trabalhador, meta que somente será possível atingir se o mínimo for anualmente reajustado acima da inflação.

O parlamentar de Santa Catarina homenageou ainda a cidade e a população de Lages (SC), onde se realizará, de 4 a 13 deste mês, a 16ª Festa Nacional do Peão, evento gastronômico e cultural que honra as tradições do estado.

LUTA PELA TERRA

Ministro afirma na CPI da Terra que reforma agrária é programa prioritário do governo federal. Alvaro cobra a titulação de fazenda no Pará. Aprovados pedidos de Ana Júlia e Sibá Machado para mais depoimentos

Sibá e Ana Júlia cobram medidas para conter a ação criminosa

Os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediram providências dos governos federal e do Pará no sentido de garantir a paz e a legalidade especialmente no sul e sudeste do estado e na área cortada pela Rodovia Transamazônica.

Na audiência pública promovida pela CPI da Terra com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, Sibá perguntou quais as iniciativas adotadas para punir os criminosos, acabar com a grilagem e garantir o acesso democrático à terra na região. O senador listou dez tipos de crimes que vêm, segundo as autoridades judiciárias, se repetindo no Pará, entre eles o trabalho escravo, assassinatos e contra o meio ambiente.

Em resposta, o ministro reconheceu que o padrão de violência no estado atingiu níveis insustentáveis, registrando a maior parte das ocorrências de trabalho rural escravo, de assassinatos ligados a conflitos fundiários e de madeira extraída ilegalmente. Rosseto disse que as regiões citadas precisam de soluções estruturais, por meio de maior presença dos poderes públicos federal e estaduais.

Ana Júlia reclamou do fato de instituições públicas do Pará agirem, a seu ver, de maneira diferente do discurso do governador Simão Jatene (PSDB), "que publicamente se coloca favorável à legalização das atividades fundiárias no estado". Diante dessa realidade, áreas vêm sendo liberadas sem nenhum critério para exploração, acrescentou a senadora.

Caso não sejam tomadas as providências, advertiu, o estado terá áreas desérticas no futuro, especialmente na Transamazônica. "Digo isso com tristeza: grande parte dos fazendeiros são donos de terras e grileiros ao mesmo tempo", declarou Ana Júlia, lamentando que latifundiários ainda obtêm créditos públicos que acabam pagando a atuação de milícias.

Rosseto: governo quer paz e justiça no campo

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, disse ontem, em audiência na CPI da Terra, que o governo trabalha para aumentar a presença das instituições no campo e criar um ambiente de paz e justiça, de modo a coibir a violência. Ele descreveu as metas e as ações do Executivo para assegurar o acesso à terra e evitar o êxodo rural, reafirmando que a reforma agrária é um programa prioritário para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Uma verdadeira reforma agrária inicia-se a partir do acesso à terra e se consolida como estratégia de desenvolvi-

mento mediante a adoção de políticas públicas adequadas – enfatizou.

Para Rosseto, a morosidade na conclusão de processos de recuperação de terras da União ocupadas irregularmente atrapalha o processo de reforma agrária. "Estamos trabalhando fortemente na recuperação de áreas da União, mas há um desafio institucional na relação com o Judiciário. Não há crítica ao Judiciário, mas é evidente que a morosidade cria empecilhos. Estamos dialogando com os ministros e presidentes de tribunais para que possamos avançar."

Miguel Rosseto fez a afirmação em resposta ao presidente da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI), senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que cobrou explicações do governo federal sobre relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) segundo o qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem se centrado apenas nas áreas improdutivas para desapropriação, dispensando outras alternativas para assentamento. Ainda segundo o Tribunal de Contas, há 14 imóveis da União disponíveis, acrescentou o senador.



POLÍTICA AGRÁRIA Miguel Rosseto (D), ao lado de Alvaro Dias e João Alfredo, presta informações à CPI

Alvaro pede conclusão de relatório do Incra para evitar nova tragédia

O presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), solicitou ao ministro Miguel Rosseto que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) agilize os procedimentos para apresentar relatório conclusivo sobre a titulação da fazenda Peruana, em Eldorado dos Carajás (PA), para evitar uma nova tragédia na região.

Já o relator da CPI, deputado João Alfredo (PT-CE), afirmou que cerca de 1.100 famílias estão acampadas na área e que podem ser despejadas a qualquer momento. Segundo o deputado, há suspeita de grila-

gem de terra na localidade. Ele disse que, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 759 camponeses foram mortos entre 1971 e 2003. Conforme o relator, a situação na cidade de Altamira (PA) também requer uma interferência mais forte do Estado.

Denúncias

O ministro do Desenvolvimento Agrário pediu ao presidente da CPI que lhe encaminhe comprovação de denúncias sobre a cobrança de propinas por funcionários públicos no processo de desapropriação da fazenda da Araupel, localizada em Quedas do Iguaçu, no

oeste do Paraná. Ele disse desconhecer qualquer denúncia e que tomará as providências necessárias sobre o assunto.

Alvaro Dias informou que vai enviar ao ministro cópias da gravação comprovando a tentativa de cobrança de propina. De acordo com o senador, o assunto é público e já foi divulgado inclusive na imprensa do Paraná.

Rosseto explicou que a desapropriação da área foi suspensa por ter sido constatado, durante exame da cadeia dominial, que pode ter havido erro cartorial na década de 30, conforme a procuradoria do Incra.

CPI aprova convocação de autoridades e fazendeiros

Após a audiência com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, a CPI da Terra, que investiga conflitos fundiários no Brasil, aprovou dois requerimentos da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) convocando autoridades e fazendeiros da região de Anapu acusados de invasão de terras.

No primeiro requerimento, Ana Júlia pede a convocação do presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Sérgio Luiz Almeida Maneschky, e do secretário de Segurança Pública do Pará, Ivanildo Ferreira Alves. Segundo a senadora, eles não atenderam a convite feito anteriormente pela CPI e não ofereceram qualquer justificativa para tanto.

Ana Júlia também pediu a convocação dos fazendeiros Laudelino Délio Fernandes Neto, Dani Gutzait, J. Antônio, Marco Oliveira, Regivaldo Pereira Galvão e Marquinho Felíssimo Lélio Silva, cujos nomes, informou, são frequentemente citados por entidades da sociedade civil como promotores de invasão de terras, desmatamento criminoso, crimes de pistolagem e comércio ilegal de terras públicas.

Trabalho escravo

A CPI da Terra aprovou também requerimento apresentado por Sibá Machado (PT-AC) convocando o prefeito de Unaí (MG), João Braz da Silva, para depor na comissão. O prefeito é acusado de manter em sua Fazenda Boa Esperança, em Canaã dos Carajás (PA), dez trabalhadores em condição análoga à escravidão. Ele foi condenado pela Justiça do estado a pagar indenização de R\$ 280 mil.

O presidente da CPI, Alvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que, na próxima semana, integrantes da comissão irão ao município de Alto Paraíso (GO) para investigar a prisão de José Felipe dos Santos, major reformado do Exército e proprietário rural, preso em flagrante com auto de busca e apreensão de armas.